



## MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Coordenadoria de Acompanhamento de Ações do Ministério Público

**Processo n.:** 740237  
**Natureza:** Tomada de Contas Especial  
**Jurisdicionado:** Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Associação Esportiva Santa Tereza

À Coordenadoria de Débito e Multa,

Tomada de Contas Especial instaurada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social com o intento de apurar a omissão no dever de prestar contas de recursos repassados por meio do Convênio n. 627/88, firmado entre a extinta Secretaria de Estado de Esportes, Lazer e Turismo de Minas Gerais (SELT) e a entidade “Associação Esportiva Santa Tereza” de Belo Horizonte/MG.

Consoante Acórdão prolatado na sessão da Primeira Câmara de 18/11/2014 (f. 228), os conselheiros reconheceram a prescrição da pretensão punitiva no tocante à aplicação de multa e julgaram irregulares as contas, determinando a restituição ao erário estadual de Cz\$5.000.000,00 (cinco milhões de cruzados) pelo Sr. José Júlio Pimenta da Silva, presidente da Associação à época. Ainda, fizeram recomendações ao Secretário de Estado de Desenvolvimento Social.

A decisão transitou em julgado em 15/06/2015, conforme certificado à f. 233.

Em face da ausência de recolhimento voluntário, foi emitida a Certidão de Débito n. 344/2017 (f. 243/243v), com atualização monetária do *quantum debeatur*. Os autos, em seguida, foram encaminhados ao Ministério Público de Contas, para adoção das medidas cabíveis nos termos do art. 32 da Lei Complementar Estadual n. 102/2008.

Destarte, considerando a realização do devido monitoramento remoto da execução por meio do ACOMPANHAMENTO CAMP n. 740237R858, encaminham-se os autos à Coordenadoria de Débito e Multa, para os fins dispostos no art. 12, I, e II, da Resolução n. 13/2013, e seu posterior arquivamento.

Belo Horizonte, 05 de setembro de 2017.

**Mônica Fonseca Almeida Santos**

Diretora da Secretaria do Ministério Público de Contas em exercício<sup>1</sup>

(Documento assinado digitalmente disponível no SGAP)

<sup>1</sup> Portaria n. 04/2016, do Ministério Público de Contas, publicada no DOC de 23/09/2016.